

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO SEIS DE OUTUBRO DE 2016, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos seis dias do mês de
4 outubro de dois mil e dezesseis, instalou-se a 4ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do
5 CEIVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais – Eduardo Araújo (IGAM),
6 Maria Aparecida Vargas (Energisa), João Emídio Lima (IAVARP); Rio de Janeiro – Livia Soalheiro (INEA),
7 Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida); São Paulo – Fabrício Cesar Gomes (DAEE), Zeila Chittolina
8 Piotto (CIESP Taubaté), Sérgio Domingos Ferreira (SABESP), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP); Tereza Cristina
9 Brazil (EEL/USP); Rutnei Morato (SOAPEDRA) **dos seguintes convidados:** Osman Fernandes (ANA), Elias
10 Adriano dos Santos (ADCM - Queluz), Whashington Tomaz (DAEE/CBH-PS), Marilda da Silva (IAVARP),
11 André Marques (AGEVAP), Aline Alvarenga (AGEVAP), Daiane dos Santos (AGEVAP), Raíssa Galdino
12 (AGEVAP); **para tratar da seguinte pauta: 1 –** Aprovação da ata da reunião de 30/08/16; **2 –** Análise da proposta
13 do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do CEIVAP; **3 –** Assuntos Gerais; **4 –** Encerramento. **ITEM 1:**
14 **Aprovação da ata da reunião de 30/08/16 –** As atas das reuniões da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP
15 realizadas nos dias 30/08/16 e 19/09/16 serão aprovadas na próxima reunião da CTC (17/10/2016). **ITEM 2:**
16 **Análise da proposta do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do CEIVAP –** A Sra. Zeila Piotto (CIESP
17 Taubaté) fez um breve histórico sobre a análise da CTC em relação ao Plano de Aplicação Plurianual do CEIVAP,
18 falou sobre o manual operativo, e apresentou os encaminhamentos da última reunião da Câmara Técnica. **2.2.1**
19 **Monitoramento hidrológico e sistema de previsão de alerta de cheias –** A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté)
20 deu início a sua fala dizendo que não tem como dar aval em um projeto que não tenha vinculação com um órgão
21 gestor, mas mencionou que o projeto representa uma das ações mais importantes que o Comitê pode fomentar e
22 desenvolver. Comentou que há um ato convocatório referente ao processo, sem que o mesmo tenha sido analisado
23 pela Câmara, que é consultiva. Saliu que as recomendações da CTC em relação a esses cuidados implícitos
24 devem ser incluídas na deliberação do PAP. O Sr. André Marques (AGEVAP) relatou que houve uma reunião do
25 Grupo de Trabalho de Articulação Institucional (GTAI), onde fecharam os pontos que seriam monitorados. Após,
26 foi feita uma reunião com os Órgãos Gestores, onde assumiram compromissos. Continuou seu relato dizendo que
27 dos 22 ou 23 pontos, 14 são da Agência Nacional de Águas (ANA), 3 do Instituto Mineiro de Gestão das Águas
28 (IGAM), 1 da Companhia Energética de São Paulo (CESP). Considerando o fato de que a maioria dos pontos são
29 da ANA, a AGEVAP elaborou o Termo de Referência do projeto de Monitoramento Hidrológico com base nos
30 modelos passados pela ANA. Mencionou que esse processo foi iniciado por solicitação do Grupo de Trabalho de
31 Articulação Institucional (GTAI) do CEIVAP, em acordo com os órgãos gestores. A Sra. Zeila Piotto (CIESP
32 Taubaté) mencionou que de acordo com a legislação, a AGEVAP pode comprar equipamentos que serão
33 patrimônio da ANA, porém, só poderá comprar se for para exercício de suas funções como entidade delegatária.
34 O Sr. Osman Fernandes (ANA) disse que tudo que a AGEVAP adquire vira patrimônio da ANA. A Sra. Zeila
35 Piotto (CIESP Taubaté) citou que essa questão poderá ser resolvida entre a ANA e a AGEVAP. A Sra. Zeila
36 Piotto (CIESP Taubaté) que de maneira geral é inviável investir cerca de cinco milhões de reais em um projeto
37 que não está totalmente consolidado. O Sr. André Marques (AGEVAP) ressaltou que vai fazer o que for
38 determinado, e que o principal objetivo é fazer o processo andar. Expôs que todo o processo foi feito paralelo a
39 conversas com a ANA. Na oportunidade, o Sr. Osman Fernandes (ANA) falou sobre o Programa de Estímulo à
40 Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALIÁGUA, cujos objetivos são: Contribuir para a gestão
41 sistemática dos recursos hídricos, através da divulgação de dados sobre a qualidade das águas superficiais no
42 Brasil a toda a sociedade; Estimular a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de
43 água no País; Contribuir para o fortalecimento e estruturação dos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos e
44 meio ambiente para que realizem o monitoramento sistemático da qualidade das águas e deem publicidade aos
45 dados gerados; e Promover a implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas -
46 RNQA, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA. Mencionou que os três
47 estados da bacia do Paraíba do Sul aderiram à esse Programa, e isso já representa um pontapé inicial, no que diz
48 respeito a questão de monitoramento na bacia. Disse que já há um alinhamento prévio e o que tem ser feito é
49 debater, criar agenda de trabalho alinhar com os instrumentos de gestão, para que haja uma ação mais sinérgica
50 em relação às ações dos Comitês. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) salientou o fato de que a questão do
51 monitoramento é uma demanda importante para o Comitê e o sistema como um todo, e deve-levar em conta
52 aspectos relacionados à tecnologia, padronização, pensando na evolução, uma vez que diante disso se abrirá
53 janelas para aplicação de recursos. Pontuou sua fala destacando a importância do diálogo entre os órgãos gestores
54 dos estados da Bacia. Concluiu sugerindo que o edital não seja lançado no momento, e que seja revisto e
55 consolidado a partir do alinhamento com os órgãos gestores, discutindo, inclusive, sua continuidade, tendo em
56 vista também o programa QUALIÁGUA, mencionado pelo Sr. Osman Fernandes. A Sra. Livia Soalheiro (INEA)
57 destacou que já há um alinhamento com o QUALIÁGUA, ainda que falte a perenidade, e há alinhamento com os
58 órgãos gestores de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, exceto com a CETESB. Disse que levando em consideração
59 que só falta o diálogo com a CETESB, em seu ponto vista, não há necessidade de passar a discussão novamente
60 pela Câmara Técnica, visto que a CTC pode demandar que haja o diálogo com a CETESB e essa seja a condição
61 para o lançamento do edital referente ao monitoramento. O Sr. Osman Fernandes (ANA) mencionou que
62 independente da duração do processo, vai ser uma grande passo para o enquadramento, e essa tem que ser uma
63 agenda prioritária. A seu ver, não deveriam parar o processo licitatório. O Sr. Fabrício Cesar Gomes (DAEE)

64 disse que entende e concorda a preocupação colocada pela Sra. Zeila Piotto em relação à continuidade do processo
65 e continuidade do investimento. Em seu ponto vista, é muito importante a participação da Agência Nacional de
66 Águas no processo, bem como de todos os órgãos gestores, dos três estados. A Sra. Tereza Cristina Brazil
67 (EEL/USP) expôs sua opinião dizendo que o enquadramento tem que ser contínuo, não pode ficar como é
68 atualmente. A Sra. Maria Aparecida Vargas (Energisa) disse que é muito importante a participação da CETESB,
69 mas seria relevante resgatar o que aconteceu na ocasião, quando a questão foi inicialmente discutida, quando a
70 CETESB se negou a ir à reunião. Lembrou que isso aconteceu no auge da discussão da transposição, eles ficaram
71 com medo de que isso fosse prejudicar alguma questão do governo paulista. Relatou que foi uma reunião que não
72 teve documento formal e que a CETESB disse que não ia. Citou que é essencial a realização de uma reunião com
73 os órgãos gestores e que tudo seja formalizado no papel, em ata. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP)
74 mencionou que na época em que ocorreu a reunião o momento era crítico e hoje o momento é diferente, a forma
75 com que os assuntos são vistos e tratados também é diferente. Destacou o fato de que a CETESB é muito criteriosa,
76 é importante que haja realmente um diálogo, e para tanto o assunto já tem que estar bem alinhado, com proposições
77 bem consolidadas. O Sr. João Emídio Lima (IAVARP) manifestou sua satisfação de ver o referido assunto sendo
78 tratado de forma sistêmica e estratégica, uma vez que é um assunto complexo. Ressaltou sua preocupação com a
79 divulgação de informação, visto que o assunto tem que ser levado para conhecimento da sociedade. A Sra. Zeila
80 Piotto (CIESP Taubaté) sugeriu interromper o edital, agendar reunião com a CETESB, validar o que for
81 conversado na reunião e encaminhar para pauta de reunião da CTC no dia 17 de outubro de 2016.

82 **ENCAMINHAMENTO** – *A Câmara Técnica recomenda que o Edital referente ao item 2.2.1 Monitoramento*
83 *hidrológico e sistema de previsão de alerta de cheias não seja publicado, seja revisto e melhor consolidado, após*
84 *conversa entre AGEVAP, CEIVAP e órgãos gestores dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*
85 *para alinhamento de questões técnicas e políticas sobre o projeto e operação e continuidade do sistema.* **4.1.1**
86 **Projeto para remoção, transporte e destinação final de macrófitas** – O Sr. André Marques (AGEVAP)
87 apresentou quatro cenários possíveis referentes ao Projeto para remoção, transporte e destinação final de
88 macrófitas, tais quais: Cenário 1 – O Comitê repassa recursos para compra de equipamento para retirada das
89 macrófitas, veículo de transporte e operacionalização para cada órgão gestor. Operacionalização pelo órgão
90 gestor, sendo o município responsável pelo transporte e pela destinação final. Compra do equipamento e 4 anos
91 de operacionalização parcial. Cenário 2 – Compra de equipamento para retirada das macrófitas e veículo de
92 transporte pela AGEVAP e cessão de uso para os órgãos gestores. Operacionalização pelo órgão gestor, sendo o
93 município responsável pelo transporte e pela destinação final. Compra do equipamento e 4 anos de
94 operacionalização parcial. Cenário 3 – Compra de equipamento para retirada das macrófitas, veículo de transporte
95 e operacionalização pela AGEVAP com apoio dos órgãos gestores. Operacionalização pela AGEVAP sendo o
96 município responsável pelo transporte e pela destinação final. Compra do equipamento e 4 anos de
97 operacionalização parcial. Cenário 4 – O Comitê disponibiliza recursos para compra de equipamentos para
98 retirada de macrófitas, veículo de transporte e operacionalização para cada órgão gestor. O modelo de execução
99 será definido por cada órgão gestor. Compra do equipamento e 4 anos de operacionalização parcial. O Sr. Osman
100 Fernandes (ANA) comentou em relação a aquisição de equipamentos pela AGEVAP, que quem vai ser
101 responsabilizado é quem tem que fazer a consulta, e nesse caso a AGEVAP teria que consultar a viabilidade
102 jurídica, uma vez que, por deliberação, basta estar no PAP para que a Agência operacionalize. A Sra. Zeila Piotto
103 (CIESP Taubaté) destacou que só pode ser feito aquilo que a lei determina e o que a ANA delegou para AGEVAP.
104 Disse que o questionamento não se refere à capacidade técnica da AGEVAP e sim a viabilidade jurídica no caso
105 da Agência ser executora, enquanto entidade delegatária. Relatou que a secretaria executiva informou ter feito
106 consulta à Agência Nacional de Águas e que está aguardando as respostas para dar andamento ou não nos
107 processos e na forma de conduzi-los. O Sr. André Marques (AGEVAP) fez breve histórico sobre a necessidade
108 de elaboração do projeto de macrófitas e como o processo foi iniciado e acordado dentro da AGEVAP. A Sra.
109 Zeila Piotto (CIESP Taubaté) apontou a necessidade de fechar um valor limite vinculado a toda a avaliação já
110 feito sobre o projeto. Em tempo, mencionou que o Ministério de Integração disponibiliza recursos para esta
111 finalidade. O Sr. Osman Fernandes (ANA) ressaltou que a AGEVAP pode solicitar esses recursos ao Ministério
112 da Integração. Tendo em vista as 04 opções apresentadas pelo Sr. André Marques, foi proposta uma 5ª alternativa,
113 que seria a contratação pela AGEVAP dos serviços, no qual, como contrapartida, os municípios ficariam
114 responsáveis pela destinação do material removido. Os membros da CTC entraram em debate sobre o valor
115 destinado ao projeto e aprovaram o montante de cinco milhões para a remoção emergencial das macrófitas.

116 **ENCAMINHAMENTO** – *A CTC aprova o orçamento de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o*
117 *subitem 4.1.1 Projeto para remoção, transporte e destinação final de macrófitas.* **ENCAMINHAMENTO** – *A*
118 *CTC recomenda que a AGEVAP consulte a Agência Nacional de Águas sobre a viabilidade da execução desse*
119 *projeto por parte da Associação, sendo entidade delegatária.* Sobre o item 1 do PAP referente Gerenciamento de
120 Recursos Hídricos, Componente 1.3 Ferramentas de Construção da gestão participativa, a Sra. Zeila Piotto (CIESP
121 Taubaté) falou sobre a necessidade de um Manual de aplicação para nortear o andamento dos processos. A Sra.
122 Maria Aparecida Vargas (Energisa) expôs sua opinião dizendo que não há necessidade de um Manual Operativo,
123 e que antigamente ele foi criado e usado quando a AGEVAP era pequena. Relatou que depois da elaboração do
124 PAP, ficou entendido que a AGEVAP poderia dar andamento sem um manual. Disse ainda que seria interessante
125 transpor informações do antigo manual para colocar como critério na deliberação do PAP. O Sr. André Marques
126 (AGEVAP) apresentou na tabela quatro conceitos, tais quais: 1 - Conceito de priorização; 2 - Forma de

127 hierarquização; 3 – Conceito de contrapartida; 4 – Percentuais para os programas. Em seguida, detalhou o
128 Conceito de priorização da seguinte forma: Finalizar os planos e projetos para os 184 municípios; Bacias/áreas
129 prioritárias para intervenção; Contrapartida física ou financeira; População atendida. A Sra. Zeila Piotto (CIESP
130 Taubaté) sugeriu discutir e alinhar critérios gerais da priorização, a partir do conhecimento que a AGEVAP já
131 tem, ou seja, com a AGEVAP propondo o detalhamento dos critérios. **ENCAMINHAMENTO** – A *Câmara*
132 *Técnica recomenda que a AGEVAP faça o detalhamento dos critérios determinantes para que os municípios*
133 *sejam contemplados com as ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual do Comitê e também para as*
134 *demais ações elegíveis previstas nos programas do PAP. **ITEM 3: Assuntos Gerais** – A próxima reunião da*
135 *CTC foi agendada para o próximo dia 17 de outubro de 2016, com a seguinte pauta: Aprovação das atas das*
136 *reuniões anteriores; Análise da minuta de Deliberação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do CEIVAP e*
137 *proposta de encaminhamentos para definição dos critérios de aplicação de recursos; Apresentação do prognóstico*
138 *– Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul. **ITEM 4: Encerramento** – Não havendo*
139 *mais nada a tratar, a Coordenadora deu por encerrada a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do*
140 *CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim, Raíssa Galdino, Secretária*
141 *ad hoc, e, depois de aprovada, foi assinada pela Coordenadora da CTC, Sr. Zeila Piotto, que presidiu a reunião.*

142
143
144
145 Resende, 6 de outubro de 2016.

146
147
148
149 Zeila Piotto
150 **Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**
151